

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.304 - PB (2018/0308714-4)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 14A VARA DE PATOS - SJ/PB
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
INTERES. : CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARA
ADVOGADOS : PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA - PA005586
AUGUSTA MATTOS CARVALHO - PA014659
INTERES. : SEBASTIAO DE LIMA CORDEIRO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS FEDERAIS VINCULADOS A TRIBUNAIS DIVERSOS. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. A INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL SÓ PODE SER ARGUIDA PELO RÉU POR MEIO DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 33/STJ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo Federal da 14ª Vara da Subseção Judiciária de Patos/PB em desfavor do Juízo Federal da 7ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará, nos autos de ação de execução fiscal ajuizada pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará.

O Ministério Público Federal opinou pela fixação da competência no Juízo suscitado.

É o breve relatório. Passo a decidir.

No caso em foco, sobreleva notar que declinação de competência se deu por decisão *ex officio* do Juízo suscitado. Dessa forma, assiste razão ao Juízo suscitante, na medida em que a incompetência territorial, por ser relativa, tão somente pode ser arguida pelo réu, por meio de exceção de incompetência. Logo, deve incidir a Súmula n. 33/STJ, no sentido de que: "[a] incompetência relativa não pode ser declarada de ofício".

À guisa de exemplo, colhe-se o seguinte julgado do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. ALVARÁ JUDICIAL. LEVANTAMENTO DE VALORES DEPOSITADOS NO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS. MORTE DO TITULAR DA CONTA. INCOMPETÊNCIA RELATIVA. PRINCÍPIO DA PERPETUATIO JURISDICTIONIS. AUSÊNCIA DA OPOSIÇÃO DA EXCEÇÃO DECLINATÓRIA DO FORO. SÚMULA 33 DO STJ.

1. O conflito negativo de competência ocorre no momento em que dois ou mais juízes declaram-se incompetentes em ato jurisdicional válido. Desta sorte, é mister verificar se a lei admite que o Juiz se declare incompetente.
2. A incompetência relativa deve ser arguida por meio de exceção, não podendo ser declarada de ofício. Incidência da Súmula 33/STJ, segundo a qual: "a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício".
3. Na hipótese, a ação foi proposta no foro de domicílio dos sucessores do instituidor da conta vinculada do PIS/Pasep.
4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 5ª

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Vara de Família e Sucessões de Santo Amaro/SP (CC 102.965/BA,
Relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe 6/4/2009).

Isso posto, conheço do presente conflito para declarar competente o Juízo
Federal da 7ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator

